JL /*EDUCAÇÃO* **O ensino do Português na Galiza · Um CNE mais 'forte'**
Entrevistas com David Justino, presidente do CNE, e Ângelo Cristovão · Artigo de Carlos Quiroga

JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS

Ano XXXIV · Número 1155 · De 7 a 20 de janeiro de 2015
· Portugal (Cont.) €2,80 · Quinzenário · Diretor José Carlos de Vasconcelos

Padre António Vieira, *completo*
Textos de Carlos Reis e V. Soromenho Marques
PÁGINAS 24 A 26

Boas 'entradas' teatrais PÁGINAS 18 E 19

João de Melo, memória(s) PÁGINA 32

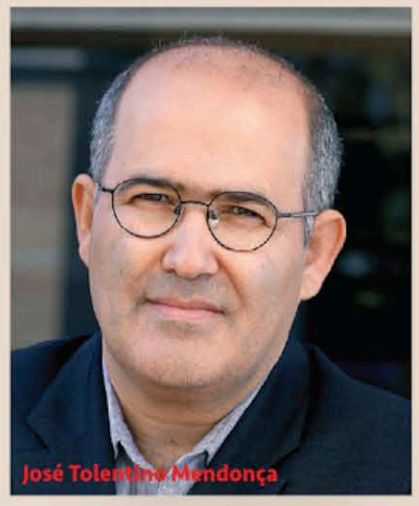
Camões · Agenda Cultural

Mário Claúdio

Teolinda Gersão

Mário de Carvalho

Lídia Jorge

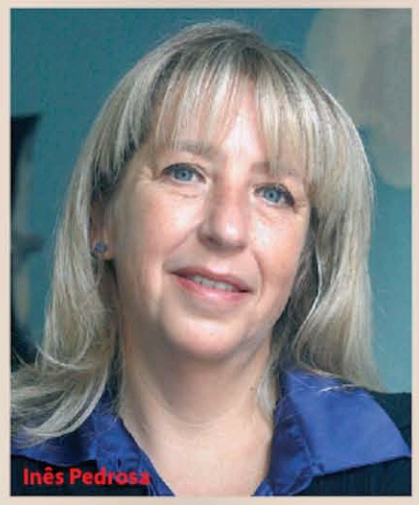

José Tolentino Mendonça

Julieta Monginho

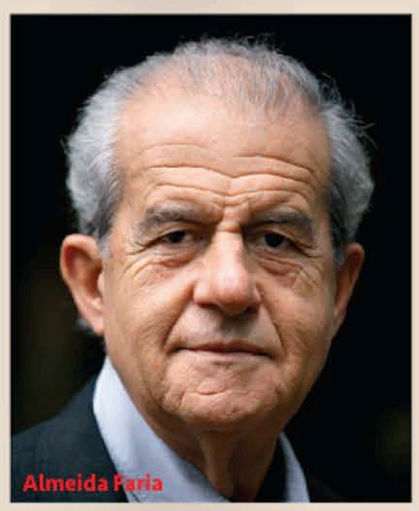
O meu primeiro livro

A obra de estreia de um autor representa sempre alguma coisa especial para ele, tem 'antecedentes' e 'consequências', tem a sua história e as suas histórias. Nesta edição 14 conhecidos escritores dão o seu testemunho, escrevendo sobre o seu primeiro livro; e Miguel Real escreve sobre o tema

PÁGINAS 6 A 12


Inês Pedrosa

Fernando Pinto do Amaral

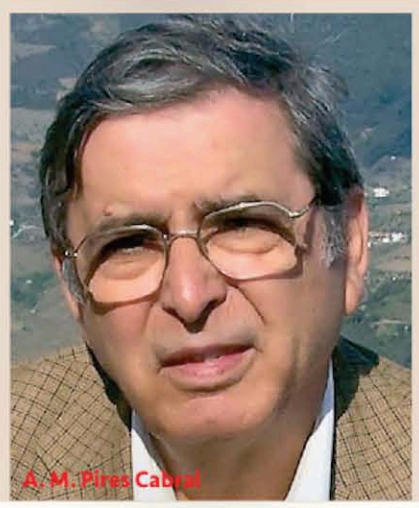

Almeida Faria

Luís Filipe Castro Mendes

Paulo Castilho

Ana Luísa Amaral

Rui Zink


A. M. Pires Cabral

JL / educação

Nº 1155 • Ano XXXV • 7 a 20 janeiro de 2015 • Diretor *José Carlos de Vasconcelos* • Coordenação *Carolina Freitas*

Ângelo Cristóvão

Galiza, mais lusofonia e Língua Portuguesa

Fomentar e generalizar o ensino da Língua Portuguesa na Galiza é, agora, um princípio consagrado na legislação galega, com a aprovação da Lei para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia. Ao **JL**/Educação, Ângelo Cristóvão, responsável pela Comissão Promotora desta Iniciativa Legislativa Popular, fala sobre a sua aplicação e importância. E sobre o tema escreve Carlos Quiroga, prof. de Literaturas Lusófonas na Universidade de Santiago de Compostela e escritor

Carolina Freitas

Promover a Língua Portuguesa no sistema de ensino galego; estimular a produção e o intercâmbio de conteúdos em português nos meios de comunicação da Galiza; e integrar essa comunidade autónoma no espaço lusófono, nomeadamente na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Eis as três principais "linhas de trabalho" da lei para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, também chamada lei Paz-Andrade, aprovada, por unanimidade, no Parlamento galego, em abril passado. Um consenso "histórico" que assinala um ponto de viragem na política linguística do governo galego, garante, ao JL/*Educação*, Ângelo Cristóvão, responsável pela Comissão Promotora da Iniciativa Legislativa Popular, que levou a proposta de lei ao Parlamento com o apoio da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), entre outras entidades, e de mais de 17 mil assinaturas.

Nove meses após a sua publicação, o também secretário da Comissão Executiva da AGLP fala sobre o que está a ser feito e o caminho a percorrer na área da Educação, mas também nos domínios político, económico, social e cultural.

JL/Educação: Qual é o ponto da situação, passados nove meses sobre a aprovação da lei para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia?

Ângelo Cristóvão: No que toca à implementação da lei, em termos jurídicos e de projetos em andamento, há que perguntar ao governo galego. Da nossa parte, podemos dizer que tem havido, efetivamente, uma colaboração entre o Governo e as entidades promotoras da lei no sentido do desenvolvimento de projetos concretos.

Uma das linhas de fundo é a promoção do ensino do português no sistema escolar galego. O que está a ser feito nesta área?

O Governo está já a contactar alguns ateliês no sentido de introduzir o ensino do português, sobretudo ao nível do ensino primário, básico e secundário. Nós temos também apresentado algumas propostas, que estão ainda a ser analisadas a nível governamental.

O objetivo não é tornar o português uma língua obrigatória nas escolas?

Precisamente. Ninguém está obrigado a aprender português, nem a entrar nesta linha de trabalho. No entanto, isso é agora contemplado pela legislação galega. É necessário entender esta lei à luz dos últimos 30 anos. Ora, desde 1983 - quando começaram a traçar-se as políticas linguísticas dos governos autónomos -, a Galiza seguiu uma orientação anti-lusófona. Houve um grande esforço humano e económico para impedir o ensino do português e afastar a Língua Portuguesa do conhecimento público. Esta lei vem, de alguma forma, reconhecer que essa decisão política foi um erro.

> **"Estou certo de que, mais cedo ou mais tarde, a Galiza entrará na CPLP. A AGLP tem trabalhado intensamente com as comissões diplomáticas dos países da CPLP e nenhum deles se opõe à nossa entrada**

Como?

Desde logo, reconhece-se no prólogo o trabalho do chamado Movimento Lusófono Galego, que foi, nos últimos 30 anos, sistematicamente ignorado. Nomeadamente, o trabalho da Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, que participou nos acordos de 1986, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, e de 1990, na Academia das Ciências de Lisboa.

No fundo, esta lei é um mecanismo que permite ultrapassar três décadas de políticas anti-lusófonas, de uma maneira suave, gradual e não conflituosa. Porque não pretendemos apontar o dedo a quem durante todo este tempo trabalhou contra o português, nem mexer na 'ferida'. Estamos numa nova fase e não queremos que ninguém fique fora do 'jogo'.

LÍNGUA E HISTÓRIA

No seu entender, quais devem ser as prioridades no que respeita o ensino do português?
É preciso dizer que o português já está a ser ensinado na Galiza através do galego, que é uma forma dessa língua. Mas falando do português padrão, ensiná-lo na Galiza não é o mesmo do que ensiná-lo na Turquia ou na Alemanha. Porque os alunos galegos, no primeiro dia de aulas, já falam português, ainda que tenham um léxico e uma pronúncia diferentes. Ou seja, em termos de currículo e de programa, entram, geralmente, no nível médio. Então, é preciso criar uma pedagogia e uma didática próprias. Os nossos alunos devem aprender a gramática e as regras do que chamamos o português padrão, que é diferente daquilo que se ensina nas aulas de galego.

Esse deve ser, a partir de agora, generalizado?
A posição da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), criada em 2008, tem sido esta: fazemos parte da Europa e a nossa intenção é reforçar o português europeu. Por exemplo, o Dicionário Eletrónico Estraviz, por certo o maior dicionário galego, com mais de 130 mil entradas, está conforme o Acordo Ortográfico (AO) e segue as regras do português europeu. No entanto, não pretendemos impedir que os alunos tenham acesso a outras formas e a outros sotaques, porque o conhecimento da variedade acarreta o reconhecimento de que todas as variantes são igualmente válidas. Recentemente, o próprio governo galego criou, através do departamento de Educação, uma nova plataforma informática que é uma espécie de portal para aprender português, em situações concretas (turismo, negócios, etc.), e que inclui os diversos sotaques dos vários países lusófonos (Angola, Brasil, etc.).

Existe então a preocupação de divulgar um português 'múltiplo'?
Sim. Como se vê por essa plataforma, o governo está consciente de que é necessário criar instrumentos que permitam aceder ao português, mas não só ao português de Portugal. Há que facilitar também o conhecimento de outras formas. É importante dar a conhecer que a nossa língua é extensa, útil, e que tem vários registos e pronúncias dentro da unidade de uma mesma ortografia.

Sessão da AGLP **(da esq. para a dir.) Ângelo Cristóvão, Artur Anselmo, Carlos Reis e Malaca Casteleiro**

São instrumentos para serem utilizados em contexto de sala de aula?
São, mas não só. A área de trabalho do ensino do português passa, naturalmente, pelas escolas – para as quais esperamos que, em breve, sejam disponibilizados professores (pelo menos para aquelas que queiram ter essa oferta). Mas a lei também contempla os funcionários públicos, por isso é importante que também estes tenham acesso gratuito a aulas de português. E inclui ainda um terceiro 'universo': as empresas. É natural que haja interesse, da sua parte, em aceder mais facilmente aos mercados da Língua Portuguesa e, para isso, é fundamental conhecer a gramática comum. Mesmo que qualquer empresário consiga expressar-se oralmente, não é o mesmo fazê-lo com um desenvolvimento médio ou fazê-lo bem feito, em português correto.

Além da Língua, a lei Paz-Andrade pretende contribuir também para um maior conhecimento da História comum?
Sem dúvida. Já existem várias iniciativas nesse sentido, como o projeto 'Ponte… nas Ondas!', de cooperação entre escolas primárias e secundárias da Galiza e do Norte de Portugal. Ou o festival de música 'Cantos na Maré', fomentado pela cantora galega Uxía e organizado pelo concelho de Pontevedra. Tudo isto nasceu da sociedade civil. Já existia. A lei veio, de certo modo, legitimar o que já havia e, naturalmente, promover uma maior aproximação linguística e cultural. No entanto, ao nível do ensino, penso que é preciso dar a conhecer mais a nossa História comum, o que compete aos redatores dos manuais escolares. E construir também um futuro em conjunto. Há muitos anos que a fronteira europeia luso-espanhola desapareceu fisicamente, agora é tempo de desaparecer também das mentalidades.

O HORIZONTE DA CPLP

Outra linha de intervenção da lei é a produção, o intercâmbio e a divulgação de conteúdos audiovisuais em português nas televisões e rádios da Galiza. Já se veem resultados?

> **Há muitos anos que a fronteira europeia luso-espanhola desapareceu fisicamente, agora é tempo de desaparecer também das mentalidades**

A Comissão Promotora tem estado em contacto com a Companhia de Rádio e Televisão da Galiza (CRTVG) para colaborar e assessorar em espaços de produção de conteúdos em português, nomeadamente um curso de Língua Portuguesa, que está a ser pensado para longo prazo. Nesta área, é importante que os outros países lusófonos tenham conhecimento desta lei e que encontrem, também eles, formas da Galiza participar. Em setembro passado, realizou-se o programa 'Aqui Portugal', em direto de Ourense, fruto de uma parceria entre a RTP e a CRTVG. Foi um verdadeiro sucesso de audiências. Há que continuar.

Em outubro, a Galiza esteve, pela primeira vez, representada formalmente num encontro da CPLP, em Braga. Qual o significado desse momento?
Foi muito importante. É uma prova dos passos que o governo galego parece estar disposto a dar em direção à Comunidade.

A Galiza pode vir a fazer parte da CPLP?
Essa questão está em cima da mesa, mas tal como aconteceu com a aprovação da lei é preciso criar consensos. Temos de entender onde vamos entrar. Não se trata de obter um título para pôr na parede; é preciso que o governo e a sociedade percebam o que significa fazer parte da CPLP, nomeadamente qual pode ser o papel nela da Galiza.

E qual poderá ser, na sua perspetiva?
Pode vir a beneficiar especialmente Portugal. A entrada recente da Guiné Equatorial modificou, de certa forma, o equilíbrio dentro da CPLP. A minha impressão é que a entrada da Galiza pode vir a restabelecê-lo.

Em que sentido?
Em termos linguísticos, a Galiza reforça o Português europeu. Depois, em termos práticos, existe evidentemente todo um mercado por explorar. Por exemplo: quem vai publicar os manuais escolares para o ensino do Português na Galiza? De onde virão os professores de Português que a Galiza terá de contratar? Além disso, o nosso processo de aproximação à CPLP implica necessariamente parcerias com entidades públicas e privadas dos outros países lusófonos. Com quem vão ser estabelecidas estas parcerias? São algumas perguntas que podemos colocar.

Até que ponto o fator económico pesou no consenso alargado conseguido em torno da lei?
Houve vários fatores, esse foi um deles. Outro foi o insucesso do isolacionismo linguístico galego – da defesa de um galego afastado do Português e da ideia de que isso iria garantir o futuro da própria língua. A Galiza não melhorou nada, em termos de usos linguísticos ou de número de falantes, afastando-se do português. Depois, contribuiu também o crescente número de entidades, personalidades e escritores da Galiza a adotar o português padrão na versão do AO. E, sim, a própria crise económica levou a pôr em cima da mesa o sentido instrumental da língua. A língua não é só uma expressão cultural. Nem só sentimento. É também um instrumento de comunicação. E o galego na sua versão castelhana revelou-se um instrumento deficiente.

Estão então reunidas as condições políticas para essa aproximação ao mundo lusófono?
Estão. De hoje em diante, tudo dependerá do fator tempo e das oportunidades. Mas esse é o caminho e serão dados passos nesse sentido. Estou certo de que, mais cedo ou mais tarde, a Galiza entrará na CPLP. A AGLP tem trabalhado intensamente com as comissões diplomáticas dos países da CPLP e nenhum deles se opõe à nossa entrada. Além disso, há um consenso interno alargado sobre o assunto, o qual inclui o governo de Madrid.

De que forma pode o governo português contribuir para esse processo?
Como diria o cantor José Mário Branco, "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades". Ou seja, Portugal, através do Instituto Camões (IC), poderia começar por repensar a sua política em relação à lusofonia galega. Em 2011, a AGLP apresentou uma candidatura para entrar como setor consultivo da CPLP e o IC foi precisamente o único a colocar obstáculos. Talvez seja altura não de favorecer a Galiza, mas de posicionar-se adequadamente de forma a facilitar o processo.

Tem conhecimento de alguma reação de Portugal nesse sentido?
Não. Sabemos apenas que a Embaixada de Portugal em Madrid mantém contacto com o governo galego, interessando-se pela aplicação da lei. A política exterior de um país tão antigo como Portugal é muito difícil de mudar, por isso não será fácil a classe política portuguesa alterar a sua atitude em relação à Galiza. Certo é que a Galiza vai precisar de estabelecer parcerias. Não podemos inventar tudo de novo. Por isso digo que Portugal poderia repensar certas políticas de obstrução, especialmente da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, por vezes, tem sido mais colaborador com entidades galegas anti-lusófonas do que com as lusófonas.

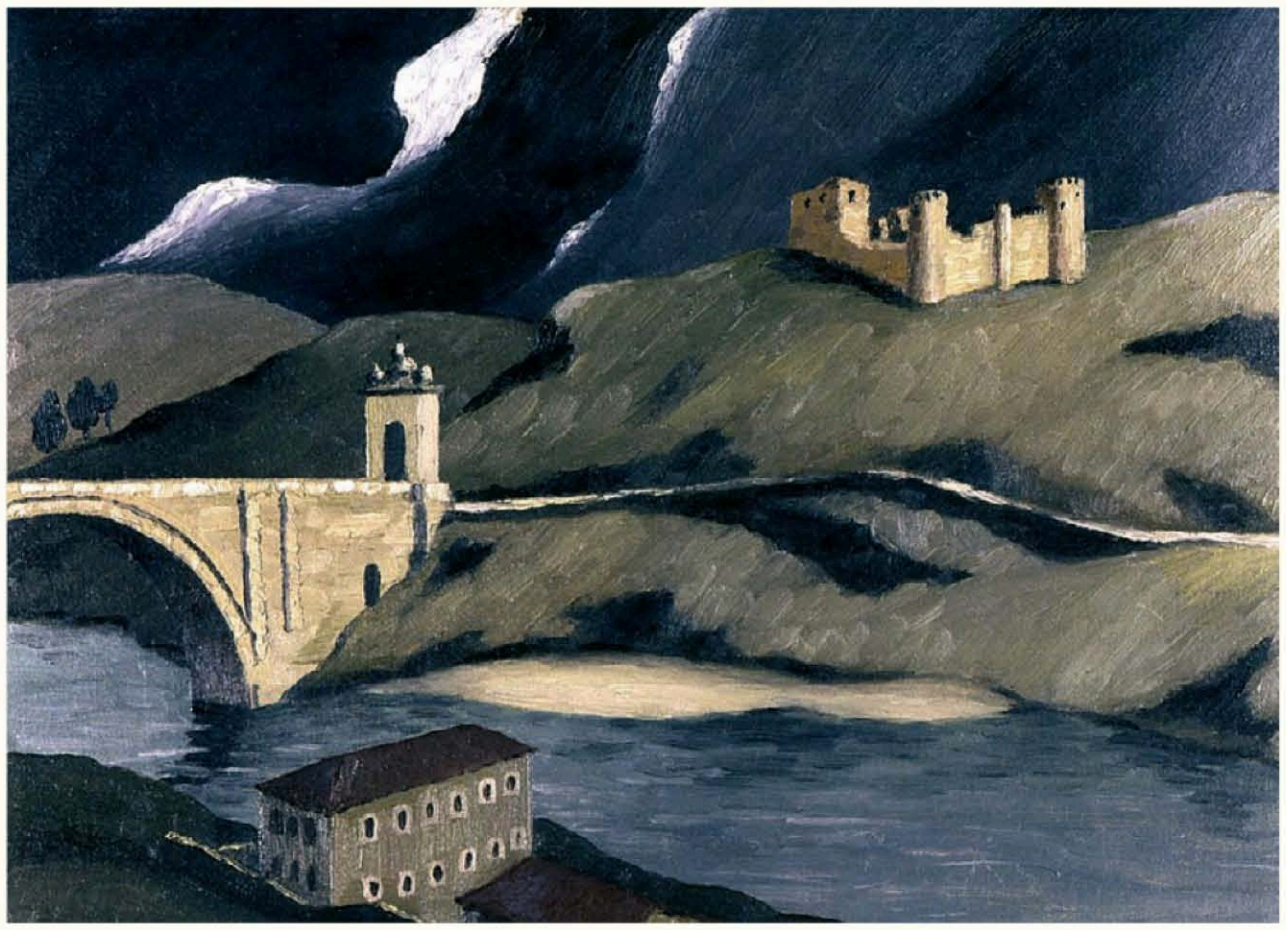
Esse é um dos grandes desafios da 'aplicação' da lei?
É algo que não depende de nós. Compete-nos continuar a manter o consenso alargado e consolidar uma posição única em relação a estas matérias, quando participamos em encontros internacionais. Precisamos de construir uma posição conjunta nos âmbitos económico, cultural e de cooperação internacional. É nisso que estamos a trabalhar.

Houve alguma alteração substancial entre a primeira proposta de lei e a versão aprovada?
Houve algumas melhorias. Por exemplo, a versão inicial estipulava que a lei fosse aplicada no prazo de quatro anos. Mas o governo e o grupo parlamentar explicaram-nos que isso não era possível na atual situação económica de grande fragilidade. Concordámos então que, em vez disso, o governo tem de apresentar um relatório anual a informar o Parlamento autónomo sobre a aplicação da lei.

Quais são as suas expectativas?
Avançar neste processo de aproveitamento da Língua Portuguesa e aproximação à Lusofonia seguindo a dinâmica do consenso, procurando incluir o maior número de pessoas e entidades neste caminho que é benéfico para todos. Quanto a prazos, não sei. Mas não é uma lei para três meses, nem para um ano. É uma lei muito ambiciosa que só faz sentido a longo prazo. E com vontade política. Acreditamos que o governo vai cumprir a sua parte tal como estamos a tentar cumprir a nossa. JL

Carlos Quiroga

Pragmatismo histórico



Paisagem com castelo, de Dominguez Alvarez **Novas 'pontes' entre Galiza e Portugal**

Um representante do Instituto Camões (IC) em Vigo e ao tempo leitor na Universidade de Santiago bate a mão sobre a mesa em Madrid. Estudar (e ensinar) a Língua Portuguesa no noroeste ibérico tem um sentido absolutamente diferente do de fazê-lo noutro lugar qualquer do estado espanhol, da Europa, até do mundo. Pedagógico, político, simbólico. Trato e estratégia outra... Uma alta assessora do IC que lá estava viaja nos dias a seguir à província, sossegar rebeldes e desfazer motivos. Mas em Compostela há paredes que falam, bocas que explicam e canções que recordam. Em 48 horas de passeios e gastronomia, sem nada prevenido, mas bem acompanhada, ouve, vê e talvez comece a entender aquilo que ainda estranha sociólogos aparentemente informados: as curiosas classificações de grande poder afetivo, com usos de vocabulário de parentesco ainda frequentes, os resíduos de propostas ou expetativas de aproximação luso-galaica, as manifestações como lusismo ou reintegracionismo que ocasionalmente formulam um graffiti ou se desprendem espontaneamente na conversa do lado. Talvez comece a entender privadamente, pois há dúvidas sobre o recado que tenha passado à instância superior, e a regra de caducidade de estadia de leitores e diplomatas (talvez para não ficarem abduzidos pelas nações de destino) não consta que tenha mudado. Mas mudou o quadro para Madrid e Lisboa poderem contornar receios por causa da língua na Galiza.

A visita anterior (há anos) aconteceu quase ao mesmo tempo que, na impotência de desconseguir mudar o mundo, algum desses agentes das conversas ao lado, dos graffitis engraçados ou das canções que espontaneamente sopravam os rescaldos do parentesco, procuravam outras fórmulas sem bater nada sobre a mesa. Com as cartas que as esmagadoras circunstâncias repartem. E cumpre aqui apontamento histórico: por muito coçada que esteja a verdade mil vezes repetida sobre uma relação umbilical entre a Galiza e Portugal, esta não passou a ser mentira. O laço de sangue remonta ao nascimento da nação do sul e continua tecendo-se durante séculos. A redescoberta e uso intelectual do vínculo no discurso cultural e político fundamenta a tomada de consciência identitária e a fundação da nação do norte. Em sintonia com a geração portuguesa organizada à volta da revista *A Águia*, que acaba por gerar o movimento Renascença Portuguesa, a geração Nós galega lança-se num alvoroço de trocas nunca vistas. E há quase um século, Leonardo Coimbra, que tinha sido ministro de Instrução

Carlos Quiroga

Pública dois anos antes e que voltaria a ser um ano depois, que era diretor da Faculdade de Filosofia e Letras do Porto e deputado, vai lá ver também de comboio na Galiza. Vai com artistas, poetas e o Orfeão Portuense, e os membros das Irmandades da Fala galegos vão saindo-lhe ao caminho em Ourense, Monforte, Betanços, Guísamo, Corunha. O festival de concertos, conferências e trocas alcança milhares de pessoas presentes, e o Leonardo deveu entender, privada e publicamente: na altura não haveria que promover mais lei que a da continuidade do encontro.

Mas chegaram ditaduras, exílio ou morte. O latente galeguismo foi recuperando o sinal do laço que tem passado sempre pela língua. No ano em que nascia Pessoa - trineto por certo de galego -, António de la Iglésia publicava o poema 'Ortografia Gallega' em jornais: o galego tem pais nobres e séculos de antiguidade, nasceu antes da língua de Castela, a portuguesa deve-lhe quanto ela pode, a sua representação fonética é um estorvo, e aos bons literatos recomenda-se estudo e prática etimológica, e olhar para os poetas e escritores de Portugal pois empregam a mesma "vosa língoa e voso corte". A proposta com 25 lustros de antiguidade foi sendo batida sobre a mesa pela mão do galeguismo com continuidade e ao tempo esterilidade de aletargar-lhe memória. Nem aceitou culturalmente a proposta de Lapa com bons olhos nos anos 70, quando se estava a acomodar, nem foi capaz de lembrar-se como mexer no assunto no início deste século, quando tocou poder na Junta da Galiza. E foi-se entretendo em Bruxelas a pedir que o galego fosse língua de trabalho, esquecendo o sentido pedagógico, político e simbólico, daquilo que exigiam as circunstâncias. Entretendo e esquecendo, aceitando que o galego só é um problema, fazendo ele mesmo parte do problema.

As tentativas de aproximação continuaram vivas numa resistência

> **A aprovação da lei Paz-Andrade resgata uma esperança moribunda. Neste discurso, o galego não é problema mas oportunidade**

de língua e ortografia que o galeguismo mais oficial foi invisibilizando nas suas estratégias lastradas de fracasso. Tentativas que, atenção e ninguém se engane - nem mesmo na intoxicação que esse mesmo galeguismo oficial e maioritário na sua minoria foi assumindo -, nunca buscaram a colonização de uma língua estrangeira: procuram é a preservação da própria, quando as estatísticas de uso do galego anunciam o pavoroso deserto. Deixando de parte discussões mediáticas que chegam a querer reduzir o alarmismo, cito de uma entrevista no Portal Galego da Língua (pgl.gal), que no outro dia dava uma menina de 16 anos, nascida na Roménia e residente em Arçua desde 2005, Andrea Birsanu: "o galego da maior parte dos estudantes está castelhanizado e nem nós mesmos nos damos conta. É incrível a quantidade de erros cometidos mesmo cuidando o léxico. A língua que se emprega, tanto dentro como fora das aulas, é o galego. A exceçom de algumha matéria concreta, como a física e a química que é obrigatória lecioná-la em castelhano. Gostaria de saber o porquê mas quando perguntei dixérom-me que era umha lei e que as leis estám para ser acatadas. Esta é a educaçom de agora. Nom preparar-nos para pensar por nós mesmos, senom preparar-nos para acatar ordens, cumprir leis ainda que ataquem a nossa integridade como mulheres/homens e a nossa cultura, tradiçom, etc. dá igual. Há que acatar umha lei porque assim o quer o governo."

Ter várias cadeiras em galego é uma raridade. A moça confessa ademais a sorte de ter uma professora que educa para pensar e não para obedecer - e tendo-lhe pedido conselho, decide "começar a empregar o galego-português". Bem, pois na fenda diária de quem não tem tanta sorte, de quem está sob o peso das leis que há que cumprir, colocou-se a iniciativa em foco. Uma das mais sérias para dar amparo ao galego desde um pragmatismo de século XXI, lançada na campanha popular que recolheu mais de 17 mil assinaturas em 2012, com petição de ensino da língua portuguesa nas escolas e maior aproveitamento da "riqueza" de tê-la ao lado. O Parlamento aprovou com unanimidade de surpreender até o galeguismo oficial e maioritário na sua minoria, que não esperava da direita do PP espanhol anuência. O acontecimento não pode ser mais extraordinário para a nação de pessoas do norte, ainda que a mídia pouco se tenha entusiasmado. A visibilidade, interesse, possibilidades que oferece o português como língua global, a exposição que lhe faculta especialmente o Brasil, consentem hoje talvez melhor do que nunca o sentido comum de todas as orientações políticas concordarem em que seria bom estudá-la e aprendê-la também no seu ninho. Por cima das fronteiras que o capitalismo dissolve. A aprovação da lei Paz-Andrade, mérito diplomático da infatigável comissão que a promoveu, resgata uma esperança moribunda. Neste discurso, o galego não é problema mas oportunidade, como reza o título de um livro recente e bem praxista sobre o tema. Neste discurso, não estorva o castelhano e é uma sorte ter o português na Galiza. E se há que acatar as leis, como advertia a moça, eis a que ganhou a sociedade civil e a diplomacia, venham os decretos que a efetivem porque nela cabe todo o leque - quem achar o português língua estrangeira, quem achar português ser galego, quem graduar proximidades. O caso é haver agora uma enorme expetativa histórica, não de maior crescimento do português no mundo - mas de sobrevivência desta língua na sua raiz. Façam favor de cumprir as leis. JL